

IDEIAS EM DEBATE: A ENCRUZILHADA LITERÁRIA NO BRASIL DE 1870**IDEAS UNDER DEBATE: THE LITERARY CROSSROAD IN BRAZIL AT 1870**

Jéssica Fernanda de Sousa

Mestranda em Estudos Literários no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG), financiada pela Capes

sousa.jessicaf@gmail.com<http://lattes.cnpq.br/7266302259666994><https://orcid.org/0009-0007-2689-3117>

139

Resumo: Este trabalho disserta sobre o conflito de tendências literárias que aflorou no Brasil durante a década de 1870, momento em que o gênero Romance, prestigiado entre leitores e críticos, foi confrontado pelas tendências Realista e Naturalista recém-chegadas da Europa, gerando, sob a perspectiva de Coutinho (1968), uma “encruzilhada literária”. Objetivamos compreender como essas tendências aparentemente conflitantes se inseriram no debate literário brasileiro, até então dedicado à construção da literatura nacional, mas que passava por um redirecionamento de propósitos em meio às novas gerações de escritores pertencentes à já formada literatura nacional. A Polêmica Alencar-Nabuco é apresentada como um claro exemplo desta encruzilhada formulada por polos opostos: José de Alencar, expoente do Romantismo, e Joaquim Nabuco, defensor das atualizações europeias.

Palavras-chave: Literatura brasileira oitocentista. Polêmica Alencar-Nabuco. Encruzilhada literária. Crítica literária.

Abstract: This work discusses the conflict of literary trends that emerged in Brazil during the 1870s, a time when the Romance genre, prestigious among readers and critics, was confronted by the Realist and Naturalist trends recently arrived from Europe, generating, under Coutinho's perspective (1968), a “literary crossroad”. We aim to understand how these apparently conflicting trends were inserted into the Brazilian literary debate, until then dedicated to the construction of national literature, but which was undergoing a redirection of purposes among the new generations of writers belonging to the already formed national literature. The Alencar-Nabuco Controversy is presented as a clear example of this crossroad formulated by opposing poles: José de Alencar, exponent of Romanticism, and Joaquim Nabuco, defender of European updates.

Keywords: Nineteenth-century Brazilian literature. Alencar-Nabuco Controversy. Literary crossroad. Literary criticism.

Considerações iniciais

Building the way

Fronteiras são ambientes de troca, de convívio entre aspectos que de tão distintos se mesclam, resultando em algo novo. Novo no sentido de inédito — não visto anteriormente em determinado espaço e tempo — ou de incomum — já existente, mas não no *locus* em questão. As fronteiras estão presentes em tudo à nossa volta: entre países, culturas, idiomas, indivíduos. Em literatura não é diferente.

Em 1870, o cenário literário brasileiro lidava com tendências distintas e “aparentemente” divergentes. O Romance atingiu a consagração e seus escritores, defensores de um espaço de publicação de obras nacionais em meio à superioridade quantitativa de traduções europeias, principalmente francesas, foram favorecidos pelo crescimento do mercado editorial. Mas o prestígio do gênero não veio desacompanhado de críticas ferrenhas que problematizaram seu lugar recém-adquirido de “obra de arte” (Augusti, 2008; 2010). As tendências Realistas e Naturalistas chegavam ao Brasil frescas nas mentes dos viajantes e estudantes vindos da Europa e em paquetes nos navios oriundos de além-mar, prontas para serem divulgadas nos periódicos brasileiros e lidas pela “geração materialista” (Coutinho, 1986) em ascensão, acalorando os debates intelectuais no Rio de Janeiro nesse período, principalmente no âmbito literário, nosso foco neste trabalho.

A nacionalidade literária

De 1830 a 1870, os escritores românticos se dedicaram ao problema da nacionalidade literária. Em uma nação recém-independente, como o Brasil, o processo de identificação e construção da nacionalidade em caráter dissociativo das amarras da ex-metrópole é esperado e fundamental, afinal, após trezentos anos como colônia de Portugal, os brasileiros oficializados em 1822 não se conheciam enquanto povo e território particular, autônomo, independente. Não conheciam sua cultura, língua, religião e literatura, pois até 1822 tudo o que havia era parte de Portugal, ao menos institucionalmente¹. Desta emblemática rendeu a necessidade dos primeiros

¹ É preciso que tenhamos claro em nossas mentes que, antes da proclamação da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, o Brasil não existia enquanto nação. O imenso território chamado Brasil era uma colônia portuguesa, uma extensão de Portugal legalmente anexada sob as diretrizes do sistema colonial, e tudo que aqui existia era português, inclusive a cultura. No que tange ao pertencimento de um povo a determinada nação e à noção de diferença entre Brasil e Portugal antes de 1822, havia pensamentos conflitantes, que no século XIX foram conceituados por Araripe Júnior em sua teoria da “obnubilação brasílica” (Coutinho, 1968, p. xxii). Entretanto, o ponto de partida para a

Building the way

românticos brasileiros definirem o que e qual era a literatura nacional, resultando em uma linha divisória na historiografia literária: “a origem da literatura brasileira” (Coutinho, 1968, p. 9).

Muitas cenas românticas dedicaram esforços à demanda de construção da literatura nacional, gerando inúmeros debates inconclusos. Apesar das discussões não terem terminado com ponto final, a originalidade literária foi encontrada e definida a partir de um mínimo divisor comum entre as posições divergentes dos letrados brasileiros: a “cor local”, porque “[n]a mente dos críticos e teóricos românticos, o problema da nacionalidade praticamente confunde-se com o da originalidade. E a originalidade literária resulta da adaptação da literatura à natureza local” (Coutinho, 1968, p. 59).

José de Alencar (1829-1877), identificado por Afrânio Coutinho (1968, p. 99) como o patriarca da literatura nacional por sua iniciativa de criar a literatura brasileira através da expressão da nacionalidade, construiu sua obra em torno da “cor local”, entendida pelos letrados de sua geração como a pintura dos caracteres da terra natal em forma literária. Pintar a “cor local” significava representar o Brasil, seu povo, costumes, línguas, flora, fauna etc., em sua especificidade nativa. Para José de Alencar (1856, p. 50), “é o pincel inspirado do pintor que faz surgir de repente do nosso espírito, como de uma tela branca e intacta, um quadro magnífico, desenhado com essa correcção de linhas e esse brilho de colorido que caracterizam os mestres” que deve pintar a “cor local”. Dessa concepção resultou sua insatisfação perante a *Confederação dos Tamoios* (1856), poema épico que Gonçalves de Magalhães criou, apoiado pelo imperador D. Pedro II, que desejava um poema representativo do Brasil. Para Alencar, a epopeia

não só não conseguiu pintar a nossa terra, como não soube aproveitar todas as bellezas que lhe offerecião os costumes e tradições indigenas, que elle copiou dos chronistas sem dar-lhes o menor realce. Apontarei como exemplo essa crença que tinham os indios a respeito do beija-flor, que consideravão como o mensageiro que levava e trazia do outro mundo as almas d’aquelles que fallecião ou que nascião;

nacionalidade é a independência, a autonomia do local e daqueles que nele habitam. Após a proclamação, foi iniciado o processo de construção da nacionalidade brasileira, que teve na literatura original e autônoma um fator de primordial importância de diferenciação da ex-metrópole e definição do passado nacional. Acerca desse assunto, conferir “A literatura como fator da nacionalização brasileira” (Coutinho, 2022[1980], p. 67-89) e *História do Brasil Império* (Dolhnikoff, 2022).

Building the way

tradição graciosa, que merecia de um poeta mais do que dous versos ligeiros:

*Inda alma de meu pai como um colibri
em fria noite no seu tinho oculto etc.* (Alencar, 1856, p. 80)

142

Alencar concordava com a escolha dos indígenas como temática de uma obra voltada ao passado brasileiro², mas discordava da forma com que Magalhães “pintou” seus caracteres. Criticou a presença do “colibri” europeu ao invés do “beija-flor” brasileiro em um poema que aspirava a “cor local”, assim como questionou, em *Benção Paterna*, o emprego de vocábulos portugueses em textos que objetivavam expressar a nacionalidade brasileira: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspêra?” (Alencar, 1959 [1872], p. 702).

Esses posicionamentos críticos reafirmam o valor atribuído por José de Alencar à “cor local” e o rigor com que deveriam ser “pintados” os quadros nacionais. Em outras palavras, o Brasil, como país independente, composto por povos, costumes, culturas, linguagens próprias, deveria ser retratado na literatura como tal, especialmente em uma literatura que intencionava estabelecer a particularidade brasileira em detrimento da herança portuguesa. Enquanto Portugal cantava o “colibri”, um poema brasileiro como *Confederação dos Tamoios* deveria cantar o “beija-flor”, ave típica do tropical Brasil. Nesse sentido, o pensamento literário de construção da independência das letras nacionais estava inserido em um contexto mais amplo de afirmação da nacionalidade que era sentido, almejado e produzido em diversas esferas naquele período. Após décadas de formulação, a nacionalidade literária foi alcançada através da conformação dos escritores ao critério da “cor local”, cujo expoente foi José de Alencar.

Graças aos esforços das primeiras gerações românticas, em meados de 1870 a nacionalidade da literatura brasileira já estava posta. É ilustrativo dessa conjuntura o célebre ensaio de Machado de Assis intitulado *Instinto de Nacionalidade*,

² O índio foi adotado por José de Alencar como símbolo do passado nacional por ser anterior e oposto à herança colonial portuguesa. Suas obras *O Guarany* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874) são mencionados no cânone literário brasileiro por comporem o indianismo ao lado dos célebres *I-Juca Pirama* (1851) e *Os Timbiras* (1857), de Gonçalves Dias, como pode ser observado na obra de Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira* (2017).

Building the way

publicado originalmente no periódico *O Novo Mundo* em 1873, em que o autor apresentou os termos das letras nacionais naquele período:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as **cores do país**, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro (Assis, 1959, p. 28-29) [grifo nosso].

143

Entretanto, enquanto o Romance se afirmava como gênero de prestígio e preferência nacional e como modelo ideal de expressão da nacionalidade literária, as teorias Realista e Naturalista chegadas da Europa e disseminadas nas academias ganhavam espaço em meio à crítica, fazendo com que as fronteiras entre os gêneros, seus pressupostos, objetivos e oposições fossem cada vez mais difíceis de delimitar. Antes dos românticos deitarem a pena que correu durante décadas em prol da nacionalidade da literatura, chegaram de além-mar as ideias científicas que prezavam pela verdade dos fatos retratados nas obras literárias, impondo novos temas ao debate até então pautado pela inspiração do artista que pintava a “cor local”. Por isso, Afrânio Coutinho (1968, p. 122) definiu que “a década de 1870 é uma encruzilhada. Encontram-se nela a ideia da nacionalidade e as novas preocupações científicas da geração de 1870”.

A repercussão dessa conjunção de ideias em um mesmo tempo e espaço, no Brasil na década de 1870, é questão que merece destaque, pois, enquanto a geração de José de Alencar se dedicava à construção da nacionalidade literária sob o modelo romântico, seus rebentos seguiam pela via “aparentemente” divergente do progresso do nacional. Dizemos “aparente”, pois em 1870, em pleno governo de D. Pedro II, mecenas das letras e ciências, a nacionalidade literária já havia sido atingida, independentemente da aceitação unânime do modelo romântico, preferido dos leitores e criticado pelos eruditos³, como “obra de arte” (Augusti, 2008; 2010). Com a literatura

³ A trajetória de consagração do Romance no Brasil foi longa e repleta de obstáculos. A imprensa, que, através do rodapé dos jornais, oferecia aos leitores títulos estrangeiros e nacionais, foi um dos elementos que possibilitaram a popularização desses escritos. Ilana Heineberg (2008, p. 501-514) dividiu a trajetória do romance-folhetim de autoria nacional nos periódicos do Rio de Janeiro em três fases: “mimética, aclimação e transformação”, que “marcam apenas pontos de referência de um processo longo e irregular” de penetração do gênero nos periódicos fluminenses, sua aceitação pelos escritores, críticos e leitores e, não menos importante, o processo de construção do Romance nacional sem imitação do modelo francês. Segundo a autora, foi entre 1860 e 1870, durante a fase de

Building the way

brasileira já formada, tendo o Estado, última instância de consagração, como reconhecido apoiador⁴, a geração subsequente seguiu um caminho distinto, mas não por isso excludente do anterior.

A encruzilhada

144

Segundo Valéria Augusti (2008; 2010), a convivência entre as tendências Romântica e Realista-Naturalista foi fundamental para a consagração do Romance como gênero literário, mas essa trajetória foi constituída por um longo percurso em que instituições, pessoas e correntes de pensamento estiveram em conflito antes que uma opinião favorável ao gênero fosse estabelecida e se mantivesse majoritária.

No Brasil, a jornada de consagração do Romance teve início em fins do século XVIII e se estendeu até meados do século XIX. Enquanto os letrados tentavam inserir o gênero em uma tradição antiga e avaliá-lo pelo efeito que produzia nos leitores em detrimento da qualidade estética, os debates acerca da legitimidade e moralidade desses escritos seguiam indefinidamente. As opiniões se multiplicavam por caminhos e argumentos distintos: era comum que os religiosos valorizassem a moralidade, sendo reprovadas obras que desviassem dos valores e costumes da sociedade oitocentista; ao passo que os escritores mais apegados à tradição clássica detratavam o Romance por ser um gênero novo, sem tradição e, portanto, sem valor; e outros letrados o defendiam justamente por ser uma forma nova de escrito, mas tentavam incluí-lo em uma tradição com fins de legitimá-lo. Os caminhos eram diversos e os debates intermináveis, com pontos de intersecção e divergência, mas, apesar dos revezes da crítica e do percurso tempestuoso, o Romance alcançou lugar de destaque. Certamente a preferência do público leitor por escritos dinâmicos,

“transformação” e “através da descoberta da identidade nacional”, que ocorreu a “ultrapassagem da simples reprodução do molde importado” e afirmação da originalidade do Romance brasileiro.

⁴ Segundo Valéria Augusti (2010), diversas instituições de consagração contribuíram para a inserção do Romance no cânone literário, como os tratados de retórica, imprensa, historiografia literária e antologias. Entretanto, a consagração do gênero se consolidou a partir da inclusão do Romance, principalmente do Romance Brasileiro, nos livros didáticos adotados pelo Imperial Colégio D. Pedro II na década de 1860. Este colégio fornecia o modelo de ensino do Império e seus métodos e materiais didáticos eram supervisionados e apoiados pelo Estado.

Building the way

acessíveis e envolventes contribuiu para a gradativa aceitação do gênero, primeiro pelo público leitor e em seguida pela crítica⁵.

O fato destacado por Valéria Augusti é que as ideias Realistas, ao chegarem ao Brasil em meados do século XIX e ganharem adeptos, atuaram na mudança de estatuto do Romance, que já era um gênero de prestígio, mas ainda não era considerado “obra de arte” devido seu caráter popular. A produção de obras literárias aumentava conforme o crescimento acelerado do mercado editorial e da quantidade de leitores, fazendo com que houvesse excesso de escritores e livros, principalmente romances, os favoritos dos leitores. Diante da predominância do Romance, os críticos, ao invés de julgarem a adequação ou inadequação do gênero às regras morais vigentes⁶, passaram a estabelecer critérios que definissem quais títulos e autores seriam inseridos no cânone literário⁷ nacional. Os critérios de legitimação foram, assim, substituídos por critérios de seleção, constituindo a “cisma [...] no campo do ‘fazer literário’” (Augusti, 2008, p. 413).

Os romances tinham como principal característica a flexibilidade⁸. O tema da obra, assim como os personagens, desenvolvimento e desfecho dependiam da inspiração do escritor, cujo principal objetivo era agradar o leitor. A continuidade de um romance-folhetim nas páginas de um periódico dependia do gosto do leitor pelo escrito, pois o leitor envolvido com a história compraria as edições para acompanhar a narrativa, aumentando o lucro da empresa. O escritor também se favorecia desse sistema, pois recebia por linha publicada, logo, uma narrativa longa gerava mais lucro que uma curta ou que fosse interrompida por baixa procura. Além de que, junto ao

⁵ Os debates em torno dos defensores e detratores dos Romances foi largamente explorado por Márcia Abreu em *Os caminhos dos livros* (2003). Já a trajetória de consagração do gênero foi tema da tese de doutoramento de Valéria Augusti (2010).

⁶ Augusti (2010, p. 103) observou que, a partir da década de 1860, a moralidade não foi abolida como critério de avaliação de romances, mas passou a ter um caráter “protocolar”. Ou seja, as críticas literárias traziam pareceres sobre a moralidade da obra, mas esta deixou de ser um impedimento para a edição, comercialização e leitura desses textos.

⁷ A construção do cânone literário brasileiro esteve incluída nas preocupações dos românticos que trataram da nacionalidade literária discutida anteriormente, pois um país independente que possui uma literatura própria deve portar também uma seleção de autores e obras referenciais. Segundo Afrânio Coutinho (1968, p. 11-23), os primeiros registros de produções literárias feitas no Brasil datam de meados do século XVII, ainda no período colonial. Após a Independência, esses exercícios de inventariar as produções nacionais e estabelecer parâmetros qualitativos se multiplicaram.

⁸ A flexibilidade do Romance não implica em facilidade de composição, apesar dessa confusão ter sido recorrente em críticas de fins do século XIX. A flexibilidade foi apontada por Rocha Lima (*apud* Augusti, 2010, p. 113) como o determinante da superioridade desse gênero, que oferece múltiplas formas de realização, podendo ser adaptado a situações, temáticas e estilos diversos.

Building the way

reconhecimento pecuniário, o escritor angariava a fama de bom folhetinista e, com isso, diversas oportunidades de publicar em outros jornais e até parcerias com empresas editoriais. Esse modelo foi a porta de entrada de muitos escritores no mercado editorial, dentre eles José de Alencar, que publicou seus primeiros romances em folhetins do *Diário do Rio de Janeiro* em 1856 e teve seu primeiro contrato de compra e venda de direitos editoriais sob obras literárias com o editor Baptiste-Louis Garnier firmado em 1870 (Bezerra, 2018, p. 31).

O modelo folhetinesco de publicação de rápida construção e rápida leitura era coerente com a efemeridade dos periódicos e com o público leitor amplo e não especializado que acompanhava os romances-folhetim. Entretanto, a popularidade e sucesso editorial não garantiam a consagração literária ao escritor e ao gênero Romance, ao contrário, dificultavam sua obtenção, pois o popular era visto como não erudito, principalmente no caso de um gênero direcionado para o entretenimento das massas.

Nesse contexto, os críticos que liam e julgavam essas obras, ao entrarem em contato com as tendências Realistas e Naturalistas, adotaram como critério de seleção o “fazer literário”, ou seja, “o comprometimento do romance com a representação da realidade nacional”, que demandava um novo “método para a escrita” e “habilidades especiais àqueles que porventura desejassem se dedicar ao gênero”. Nesse momento, a inspiração do escritor romântico que pintava a “cor local” foi substituída pelo compromisso com a verdade - a realidade nacional - e valorização do estudo, talento e capacidade de observação do cotidiano de cada escritor (Augusti, 2008, p. 410).

As ideias Realistas e Naturalistas que chegavam ao Brasil foram baseadas no determinismo científico de Charles Darwin e Hippolyte Taine e no positivismo de Auguste Comte, teorias que fundamentaram o naturalismo literário de Émile Zola e que diferiam das pautas debatidas no Brasil até então. A crítica embasada nesses teóricos repercutiu as formulações importadas da Europa na avaliação da escrita de romances brasileiros, subdividindo o “fazer literário”, critério implementado para seleção de obras literárias em: “obras de arte”, textos escritos com calma e dedicação, cujo autor almejava glória e consagração; e “obras de francaria”, escritos apressados e descuidados em que o escritor angariava fins financeiros e passageiros. Sob essa perspectiva, entendia-se que a qualidade estética estaria presente nas “obras de arte”,

Building the way

pois o escritor que tinha em vista a posteridade não deveria se descuidar desse aspecto fundamental para o valor crítico do texto e sua distinção entre a abundância de títulos de belas-letras oferecidos pelo mercado, enquanto os escritores interessados no retorno financeiro deveriam escrever prezando a rapidez e o interesse dos leitores em detrimento da qualidade literária (Augusti, 2008, p. 413).

Deste modo, o determinismo científico foi inserido na crítica literária brasileira durante a década de 1870. Apesar das fronteiras entre Romantismo e Realismo se confundirem no aspecto da legitimação do Romance como gênero literário adequado à modernidade coetânea, devido à importância da crítica Realista-Naturalista para a mudança de estatuto do Romance, o Romantismo, ao mesmo tempo em que ascendia ao posto de “obra de arte” devido à mudança dos critérios de legitimação pelo de seleção, perdia espaço entre os intelectuais em meio às tendências Realistas e Naturalistas que despontavam nos principais periódicos e centros acadêmicos do Brasil, formando uma “geração materialista”, fruto de uma “era materialista” que redirecionava a escrita e a forma de pensá-la ao substituir o idealismo romântico pelo cientificismo, a inspiração artística pelo fato científico e o problema da originalidade da literatura nacional pelo seu progresso (Coutinho, 1986, p. 6).

A independência da literatura brasileira já se consolidara através dos esforços dos teóricos românticos entre 1830 e 1860. À geração cientificista de 1870 coube o papel de atualizar a cena literária nacional em tentativa de equipará-la às tendências Realistas e Naturalistas em voga na Europa, em específico a França, então expoente de civilização, intelectualidade, literatura e cultura, desde a década de 1850⁹. Desse ponto de vista, a ideia de ruptura que o Realismo impôs ao Romantismo, comumente a primeira a vir à mente, quando pensamos na oposição entre retrato da realidade e inspiração, se confunde à de continuidade que segue as diretrizes de seus antecessores no que tange à literatura nacional, mas de acordo com as demandas de sua época. Quando a necessidade de definição e afirmação da nacionalidade e

⁹ *Madame Bovary*, obra conhecida por inaugurar o Realismo na França, foi publicada por Gustave Flaubert em 1856. *O Guarany*, expoente do indianismo e marco na literatura brasileira, foi publicado em folhetim em 1857. Enquanto a França adentrava no Realismo, o Brasil desenvolvia a estética Romântica, o que não caracteriza relação de superioridade do primeiro em relação ao segundo, mas compassos diferentes de produção literária, que se relacionavam diretamente com as demandas dos países em esferas extraliterárias, como abordado no tópico anterior.

Building the way

originalidade da literatura brasileira já estava em fins de conclusão, outros problemas foram abraçados pelos intelectuais, dentre eles a evolução das letras brasileiras.

A definição de “encruzilhada” proposta por Coutinho (1968, p. 122) sobre a confluência de ideias Românticas e Realistas no Brasil na década de 1870 é perspicaz, pois não permite que associemos ambos os movimentos como completamente dissociados, como gavetas que coexistem em um móvel sem nunca se tocarem. Ao contrário disso, a “encruzilhada” é uma rota em que caminhos se cruzam, sendo que cada caminho parte de um rumo e segue para outro, mas em determinados momentos se conectam. É sobre essas fronteiras, nesse cruzamento dos caminhos distintos do Romantismo e do Realismo-Naturalismo, entendidos aqui como movimentos complementares de bases científicas, que lançamos nosso olhar. A década de 1870 representa, nesse sentido, um momento de confluência de ideias, em que o elemento dissociativo se torna aparente na superfície, mas a densidade da conjuntura proporciona uma análise de continuidade devido à mudança de interesses, objetivos e preocupações entre gerações que convivem em um mesmo tempo e espaço, seres humanos que não ficaram estáticos e inflexíveis em meio às demandas dos contextos em que viveram.

A segunda metade do século XIX foi, no Brasil, período de efervescência de ideias. O abolicionismo e o republicanismo tiveram destaque em dezenas de periódicos que proliferaram nas principais capitais, enquanto no âmbito científico repercutiam deste lado do Atlântico as teorias positivistas de Auguste Comte, evolucionista de Charles Darwin e Herbert Spencer, ambientalista de Hippolyte Taine, além das ciências psicológica, geográfica e histórica em ascensão. Segundo Afrânio Coutinho (1986, p. 7), o evolucionismo científico adentrou em todos os âmbitos da vida após 1870, se tornando “a maior e mais sedutora das crenças românticas” que se fez presente “na vida intelectual e nas crenças dos homens”.

As campanhas abolicionistas e republicanas aliaram política e ciência de uma maneira inovadora no Brasil. A escravidão era um símbolo do atraso econômico, político e cultural do Império que não se igualava à Europa ou à ex-metrópole portuguesa nesses âmbitos — entrelaçado à monarquia constitucional, forma de governo tida em meados do século XIX como ultrapassada, principalmente após o declínio de Napoleão na França, a Revolução Industrial na Inglaterra e a Independência dos Estados Unidos. O Brasil, ou melhor, os idealistas brasileiros

Building the way

149

vinculados a essas correntes políticas, buscavam a todo custo o progresso da nação, mesmo que para isso fosse necessário quebrar a economia e depor o imperador, se essas medidas garantissem a possibilidade do país evoluir ao passo das nações europeias. Nesse sentido, Luciana Stegagno-Picchio (1997, p. 261) apresenta que “[d]esde 1870 até o fim do século, o Brasil vira mudar por completo suas estruturas políticas, sociais e morais”. As mudanças que ocorriam no país no âmbito extraliterário — político, social, econômico — não deixavam ileso a escrita e a crítica literária, efeito que pode ser mais facilmente compreendido se levarmos em consideração que os literatos eram, na maioria dos casos, polivalentes: desempenhavam funções de advogados, políticos, médicos, jornalistas que tinham na escrita de ficção atividade complementar. Acrescentando o fato da imprensa ser um meio de divulgação das ideias estrangeiras e de obras de belas-lettras, observamos o ambiente literário brasileiro vivamente inserido em meio a outros aspectos infraestruturais da nação. Nesse viés, complementou a autora:

À exaltação nativista dos românticos contrapunha-se o novo cosmopolitismo e europeísmo dos realistas e naturalistas. Isto é, todos iam se dando conta do fato de que a “cor local” não podia, de modo algum, substituir a experiência cultural alheia: e que sem coordenadas estéticas propostas pela Europa nem mesmo a cor local ter-se-ia podido captar em sua realidade e essência (Stegagno-Picchio, 1997, p. 261).

Em outras palavras, o Brasil não estava isolado dos acontecimentos mundiais em nível social, político, econômico e nem mesmo literário. A década de 1870 marca a convergência das teorias científicas já disseminadas na Europa no campo científico brasileiro porque foi nesse período que os letrados locais tiveram disponibilidade intelectual para lidar com a evolução da literatura nacional — pensando que essa etapa seguiu a questão da originalidade literária no processo histórico no Brasil — e porque esse foi o momento em que as academias prosperaram qualitativa e quantitativamente. Até então, os brasileiros que almejavam o grau de bacharel tinham poucas opções de escolha. Havia a Faculdade de Direito de São Paulo, a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, além de cursos em Recife e na Bahia, sendo comum o estudo no estrangeiro entre as pessoas de posses. Entretanto, os anos 1870 viram a efervescência de novas instituições de ensino superior,

Building the way

principalmente no Norte do Brasil. A Academia Francesa do Ceará e a Escola de Recife foram preponderantes no contato dos estudantes com as tendências europeias atuais, onde se formou a “geração do materialismo” (Coutinho, 1986, p. 6) versada nas ciências como propulsora do desenvolvimento e progresso da civilização. A “verdadeira revolução vem, no entanto, dessa vez, do Norte [...] e sob a égide de Taine, Comte e Spencer” (Stegagno-Picchio, 1997, p. 252-253).

150

A literatura deveria seguir os passos da nação rumo ao progresso. Os antigos modelos românticos passaram a ser preteridos pelas obras naturalistas de Émile Zola e Eça de Queiroz, tão criticados por Machado de Assis por seu excesso de descrições¹⁰. E esses debates que pertenciam às mesas das academias foram tomando conta da imprensa e se acalorando conforme novos objetos de crítica eram escolhidos no mar de produções de belas-lettras que saíam dos prelos.

Tendências em conflito

A confluência entre Romantismo e Realismo não ficou restrita ao âmbito teórico. Ao contrário, uma série de debates envolvendo perspectivas conflitantes de “fazer literário” se desenrolaram nos periódicos a partir de 1870. A polêmica Alencar-Nabuco, travada no fluminense *O Globo* em 1875, exemplifica a encruzilhada de ideias literárias durante os anos 1870 no Brasil.

O objeto da polêmica foi *O Jesuíta*, drama histórico escrito por José de Alencar em 1861 por encomenda de João Caetano, então primeiro ator da corte, para ser encenado em comemoração da Independência do Brasil. Tendo João Caetano rejeitado o produto final da pena de Alencar, a peça ficou engavetada até 1875, quando foi representada no Teatro São Luís. Apesar da reputação do dramaturgo, *O Jesuíta* foi representado apenas duas vezes, nos dias 18 e 19 de setembro de 1875, sendo retirado de cena devido à ausência de público.

¹⁰ Em texto de 1878, Machado de Assis escreveu severa crítica ao excesso de descrições nas obras naturalistas do escritor português Eça de Queiroz, então muito apreciado, que evidencia que as opiniões literárias não eram unânimes. Disse o jornalista: “Pois que havia de fazer a maioria, senão admirar a fidelidade de um autor, que não esquece nada, e não oculta nada? Porque a nova poética é isto, e só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha. Quanto à ação em si, e os episódios que a esmaltam, foram um dos atrativos d’ *O Crime do Padre Amaro*, e o maior deles; tinham o mérito do pomo defeso. E tudo isso, saindo das mãos de um homem de talento, produziu o sucesso da obra” (Assis, 1994[a], s.p.).

Building the way

151

O insucesso das representações foi motivo de grande descontentamento da parte de Alencar, sempre queixoso sobre a recepção crítica de suas obras¹¹. Nesse caso, a fria acolhida do público fluminense se deu, segundo João Roberto Faria (1987, p. 154-155), pelo “clima de generalizada antipatia pelo clero¹² que *O Jesuíta* subiu à cena” e porque, em 1875, o “gosto teatral já não era o mesmo das décadas de 1840 e 1850”. Assim como o gosto do público leitor por romances estava sendo afetado pelas obras de tendências Realista-Naturalista que chegavam ao Brasil, o teatro também era atingido pelas mudanças de gostos e critérios por parte do público e da crítica. Segundo Faria (1987, p. 154), o “teatro sério”, predominantemente romântico, molde adotado na escrita de *O Jesuíta*, havia sido “substituído pelo gênero alegre”, pelas operetas e *vaudevilles* que faziam sucesso na Europa.

Em 22 de setembro de 1875, Joaquim Nabuco, crítico e escritor recém-chegado da Europa, publicou no jornal *O Globo* uma avaliação da peça *O Jesuíta*. Críticas teatrais eram comuns em periódicos e *O Globo* não foi o único a julgar o drama, entretanto, alguns fatores nessa matéria, que não foi de todo negativa, “foram causa da irritação de Alencar: o insucesso público da representação e a redação antiga da referida peça” (Coutinho, 1965, p. 8).

Contrariado com o posicionamento negativo da crítica perante sua obra, José de Alencar publicou, também em *O Globo*, quatro artigos intitulados “O Teatro Brasileiro” — depois incluídos na primeira edição de *O Jesuíta* — que apontam para a indiferença e falta de patriotismo do público brasileiro.

Joaquim Nabuco, em reação a esses artigos, redigiu “O Sr. Alencar e o Teatro Brasileiro”, seguido de sete “Estudos sobre o Sr. José de Alencar”, publicados na seção “Aos Domingos” do mesmo periódico, com o objetivo de “analisar a obra do

¹¹ Em sua autobiografia *Como e porque sou romancista*, publicada postumamente em 1893, Alencar expressou o sentimento de que a crítica era indiferente e conspiradora para com sua obra literária: “Ha de ter ouvido algures, que sou um mimoso do publico, cortejado pela imprensa, cercado de uma voga de favor, vivendo da falsa e ridícula idolatria á um nome official. Ahi tem as provas cabaes; e por ellas avalie dessa nova conspiração do despeito que veio substituir a antiga conspiração do silencio e da indiferença” (Alencar, 1893, p. 51).

¹² Entre 1873 e 1875, o Brasil, em específico o Rio de Janeiro, passou por uma crise religiosa conhecida como Questão dos Bispos que envolvia, de modo geral, conflitos entre bispos de importância na política e na igreja, gerando conflitos em uma sociedade que em partes discordava politicamente do regime monárquico de D. Pedro II, principalmente após a efervescência dos movimentos republicano e abolicionista, mas era composta majoritariamente por católicos. A importância da Questão dos Bispos para a recepção crítica da peça *O Jesuíta* foi estudada por Faria (1987, p. 153-167).

Building the way

escritor consagrado sem respeitar ‘a convenção literária que o protege’” (Coutinho, 1965, p. 9).

Desenrolou-se, assim, a Polêmica Alencar-Nabuco¹³. No oitocentos, a polêmica era um gênero de prestígio (Martins, 2010, p. 28), uma forma de um aspirante a escritor ou jovem artista se lançar em meio aos escritores reconhecidos. Joaquim Nabuco, ciente do poder das polêmicas para a autopromoção, criticou a obra do renomado José de Alencar com a intenção de se inserir no meio literário. Em sua autobiografia intitulada *Minha Formação* (apud Martins, 2010, p. 15-16), Nabuco confessou suas iniciativas de se inserir no âmbito literário, pois a Europa, de onde retornou em 1874, lhe despertara “veleidades literárias” que ambicionava perseguir. Os textos críticos publicados em *O Globo* integraram a ambição de Nabuco de se tornar um escritor de relevância a partir de uma técnica já conhecida e utilizada por muitos jovens aspirantes a literatos¹⁴: a polêmica.

Nessa polêmica se cruzaram os dois ideais em disputa nos anos 1870. José de Alencar, um dos idealizadores da literatura nacional, que compôs sua obra romântica e dramática em torno da afirmação da “cor local”, da valorização da pátria independente, teve sua última peça, *O Jesuíta*, julgada por Joaquim Nabuco — jovem recém-chegado da Europa, fresco nos conteúdos cientificistas e positivistas em debate na França — por viés universalista e cientificista, através de uma crítica de bases Realistas e Naturalistas. Enquanto Alencar prezava pela “cor local”, pelo Brasil em si, para “Nabuco, o ponto de maior interesse é o mundo, e do mundo a França” (Coutinho, 1965, p. 6).

Certamente não era do interesse de Nabuco considerar a “convenção literária” que apoiava Alencar em seus ensaios, pois esta tinha bases românticas, comungava de posicionamentos que, para o jovem crítico, estavam ultrapassados. Nabuco foi, nesse sentido, um integrante da “geração materialista” que buscava no Realismo-Naturalismo o progresso das letras nacionais, cujo representante era então José de Alencar.

¹³ A obra de Afrânio Coutinho, *A Polêmica Alencar-Nabuco* (1965), compila toda a documentação referente a esse debate e inclui uma rica introdução explicativa sobre o assunto.

¹⁴ O próprio José de Alencar empreendeu severas críticas ao renomado Gonçalves de Magalhães, em 1856, nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, que não o colocaram em debate diretamente com o escritor da epopéia, mas com seus defensores, dentre eles Paula Brito, Alexandre Herculano e o imperador D. Pedro II.

Building the way

A Polêmica Alencar-Nabuco coloca em evidência duas perspectivas que se cruzavam nos anos 1870: “a dos ocidentalistas e a dos brasilistas”, representados por Joaquim Nabuco e José de Alencar, respectivamente. De acordo com Coutinho (1965, p. 7), ao “ocidentalismo de Nabuco opunha-se o nacionalismo de Alencar; ao universalismo do primeiro, a tendência nacionalizante do segundo. Colocados dentro dessa perspectiva, estamos aptos a compreender a polêmica entre os dois grandes espíritos”.

Nesse sentido, a Polêmica Alencar-Nabuco é um documento

do mais alto valor intrínseco, sôbre ser um precioso testemunho daquela fase de passagem do Romantismo para o Realismo, a década de 1870, uma brilhante encruzilhada das nossas letras. O choque de idéias literárias, de concepções críticas, de teorias e poéticas, sobleva ao aspecto puramente pessoal da troca de doestos entre os dois admiráveis contendores. Por êsse lado, não se retira conclusão quanto ao vitorioso. Não há mesmo ganhadores. Há, sim, um extraordinário encontro intelectual [...].

São duas sensibilidades, duas formações literárias, duas concepções do Brasil e da Literatura brasileira que se opõem, e, quiçá, se somam (Coutinho, 1965, p. 9-10).

Considerações finais

Os anos 1870 marcaram um cisma no “fazer literário” brasileiro e uma convergência entre ideias literárias aparentemente divergentes.

Assim que o problema da originalidade da literatura nacional foi solucionado, em fins de 1860, através da concordância entre os letrados acerca da importância da “cor local”, as gerações subsequentes trataram de mudar a chave de escrita e análise dos textos literários. Nesse sentido, as questões latentes em 1870 diferiam dos anos pós-independência, quando a geração romântica se formou sob a pauta da nacionalidade. Em 1870, o governo de D. Pedro II era ameaçado por ideais republicanos, a economia se preocupava com o movimento abolicionista, enquanto no âmbito intelectual as academias disseminavam as correntes cientificistas e desenvolvimentistas em ascensão na Europa.

A literatura foi a encruzilhada das preocupações, ideias, questões da época em que foi produzida. Temas aparentemente opostos, em literatura se encontram de maneiras inovadoras e são redimensionados através da arte da palavra.

Building the way

Joaquim Nabuco e José de Alencar foram dois pólos opostos, frutos de gerações distintas cujo debate em *O Globo* exemplifica claramente o encontro entre as tendências Romântica, brasilista; Realista, ocidentalista, em superfície opostas, mas que, vistas em um contexto intra e extraliterário, representam a transição entre a preocupação dos escritores com a originalidade e o progresso da literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura no Brasil (ABL); São Paulo: Fapesp, 2003.

ALENCAR, José de. Benção Paterna. In: ALENCAR, José de. **Obra Completa**. v. 1. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958, p. 691-702.

ALENCAR, José de. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos**. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diario, 1856. Disponível em: [Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos](#). Acesso em: 06 de março de 2024.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1893. Disponível em: [Como e porque sou romancista](#). Acesso em: 08 de março de 2024.

ASSIS, Machado de. Eça de Queirós: O Primo Basílio. In: ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994[a], s.p. Disponível em: [Eça de Queirós: O primo Basílio - 1878](#). Acesso em: 10 de abril de 2024.

ASSIS, Machado de. Instinto de Nacionalidade. In: ASSIS, Machado de. **Machado de Assis: crítica, notícia da atual literatura brasileira**. São Paulo: Agir, 1959.

AUGUSTI, Valéria. Do gosto inculto à apreciação douda: a consagração do romance no Brasil do oitocentos. In: ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008, p. 393-414.

AUGUSTI, Valéria. **Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

BEZERRA, Valéria. **A literatura brasileira em cenário internacional: um estudo do caso de José de Alencar**. Belo Horizonte, MG: Relicário, 2018.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2017.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. v. 4. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF - Universidade Federal Fluminense, 1986.

Building the way

COUTINHO, Afrânio. **A Polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

COUTINHO, Afrânio. **A Tradição Afortunada: O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

COUTINHO, Afrânio. A literatura como fator da nacionalização brasileira. In: COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p. 67-89.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2022.

FARIA, João Roberto. **José de Alencar e o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

HEINEBERG, Ilana. Miméticos, aclimatados e transformadores: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses. In: ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008, p. 497-522.

MARTINS, Eduardo Vieira. Nabuco e Alencar. **O eixo e a roda**, Belo Horizonte: v. 19, n. 2, p. 15-32, 2010.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.